

KAREN ARMSTRONG

Campos de sangue

Religião e a história da violência

Tradução
Rogério Galindo



Copyright © 2014 by Karen Armstrong

Todos os direitos reservados. Publicado nos Estados Unidos por Alfred A. Knopf, uma divisão da Random House LLC, Nova York, e no Canadá por Alfred A. Knopf Canada, uma divisão de Random House of Canada Limited, Toronto, empresas da Penguin Random House. Originalmente publicado na Grã-Bretanha por The Bodley Head, um selo de Random House Group Limited, Londres.

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa
de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

Título original

Fields of Blood: Religion and the History of Violence

Capa

Victor Burton

Foto de capa

Espada medieval: Peter Lorimer/ Shutterstock; Explosão nuclear: *The First Atomic Canon*. Photo courtesy of National Nuclear Security Administration/ Nevada Site Office; Soldados da Primeira Guerra: *Canadian First World War Official Exchange Collection*. Canadian Official photographer Castle, W I (Lieutenant); Recortes: Belterz/ iStock; Ilustração de Lutero: *Seven-Headed Luther*. Hans Brosamer; Museu de Auschwitz: Ppart/ iStock; Soldado americano: Bryan Myhr/ iStock

Lombada

Hal Bergman/ iStock

Quarta capa

Guerreira: *Germania*. Friedrich August von Kaulbach; Guerreiro de Terracota: antloft/ Shutterstock; Muro de Berlin: Ewais/ Shutterstock; Guerreiro montado a cavalo: *Mameluk En Habit De Guerre A Cheval*. Gravura a partir de Jacques Charles Bar; Latas de Zyklon B: Robert Hoetink/ Shutterstock

Preparação

Lívia Lima

Índice remissivo

Luciano Marchiori

Revisão

Huendel Viana

Valquíria Della Pozza

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (cip)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Armstrong, Karen

Campos de sangue : religião e a história da violência / Karen, Armstrong ; tradução Rogério Galindo. — 1^a ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2016.

Título original: Fields of Blood : Religion and the History of Violence.

ISBN 978-85-359-2705-4

1. Violência – Aspectos religiosos 1. Título.

16-01542

CDD-201.763

Índice para catálogo sistemático:

1. Violência : Aspectos religiosos 201.763

[2016]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORASCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

Fax: (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

facebook.com/companhiadasletras

instagram.com/companhiadasletras

twitter.com/cialetras

Sumário

<i>Introdução</i>	11
-------------------------	----

PARTE I: PRINCÍPIOS

1. Fazendeiros e pastores	29
2. Índia: o nobre caminho	56
3. China: guerreiros e cavalheiros	88
4. O dilema hebraico	115

PARTE II: MANTENDO A PAZ

5. Jesus: de fora deste mundo?	143
6. Bizâncio: a tragédia do Império	168
7. O dilema muçulmano	192
8. Cruzada e jihad	217

PARTE III: MODERNIDADE

9. A chegada da “religião”	251
10. O triunfo do secular	282

11. A religião contra-ataca	323
12. Terror sagrado	361
13. Jihad global	391
<i>Agradecimentos</i>	421
<i>Posfácio</i>	423
<i>Notas</i>	433
<i>Referências bibliográficas</i>	497
<i>Índice remissivo</i>	531

PARTE I
PRINCÍPIOS

1. Fazendeiros e pastores

Gilgamesh, cujo nome aparece nas listas de antigos reis como quinto governante de Uruk, era lembrado como “o mais forte dos homens — imenso, bonito, radiante, perfeito”.¹ É muito provável que ele tenha existido, mas logo tornou-se uma lenda. Dizia-se que ele tinha visto tudo, viajado aos confins da terra, visitado o submundo e adquirido grande sabedoria. No início do terceiro milênio a.C., Uruk, hoje o sul do Iraque, era a maior cidade-Estado da federação da Suméria, a primeira civilização do mundo. O poeta Sin-leqi-unninni, autor de uma obra sobre a notável vida de Gilgamesh, de aproximadamente 1200 a.C., ainda se orgulhava muito dos templos, palácios, jardins e lojas da cidade. Ele começou e terminou seu épico com uma descrição exuberante do magnífico muro da cidade, com dez quilômetros de extensão, restaurado por Gilgamesh para o povo. “Ande pelo muro de Uruk!”, ele incitava os leitores, empolgado. “Siga seu curso ao redor da cidade, inspecione suas fundações poderosas, examine os tijolos, a maestria com que foi construído!”² Essa esplêndida fortificação mostrava que a guerra tinha se tornado parte da vida. No entanto, esse desdobramento não fora inevitável. Por séculos, a Suméria não viu necessidade de proteger suas cidades contra ataques externos. Gilgamesh, porém, que provavelmente governou por volta de 2750 a.C., era um novo tipo

de rei sumério, “um homem que era como um touro selvagem, líder insuperável, herói nas linhas de frente, amado por seus soldados — *fortaleza* eles o chamavam, *protetor dos povos, enchente furiosa que destrói todas as defesas*”.³

Apesar de sua paixão por Uruk, Sin-leqi precisava admitir os problemas da civilização. Os poetas começaram a contar a história de Gilgamesh logo após sua morte porque ela é uma espécie de narrativa arquetípica, um dos primeiros relatos literários da jornada do herói.⁴ Mas ele também se defronta com a inescapável violência estrutural da vida civilizada. Oprimidas, empobrecidas e miseráveis, as pessoas de Uruk imploravam aos deuses para que lhes concedessem algum alívio contra a tirania de Gilgamesh:

*A cidade é propriedade dele, ele pavoneia
por ela, arrogante, a cabeça erguida alto,
atropelando seus cidadãos como um touro selvagem.
Ele é rei, ele faz o que quiser
Os jovens de Uruk ele assalta sem justificativa,
Gilgamesh não deixa que o filho volte livre a seu pai.*⁵

Talvez esses jovens tenham sido intimados a trabalhar na reconstrução do muro da cidade.⁶ Sem a exploração inescrupulosa da maioria da população, a vida urbana não seria possível. Gilgamesh e a aristocracia suméria viveram em um esplendor sem precedentes, mas a civilização só trouxe miséria e subjugação para a massa de campões.

Há indícios de que os sumérios foram o primeiro povo a controlar o excedente agrícola cultivado pela comunidade e a criar uma classe dominante privilegiada. O que certamente foi feito pela força. Os colonos chegaram à planície fértil entre o Tigre e o Eufrates em cerca de 5000 a.C.⁷ O lugar era seco demais para o plantio, portanto, eles projetaram um sistema de irrigação para controlar e distribuir a neve derretida das montanhas que inundava a planície todos os anos. Isso foi um avanço extraordinário. Canais e valas precisavam ser planejados, projetados e mantidos em um esforço cooperado e a água alocada de maneira justa entre comunidades que competiam entre si. Ao que tudo indica, o novo sistema começou em pequena escala, mas logo gerou um aumento radical do rendimento agrícola e, com isso, uma explosão demográfica.⁸ Em torno de 3500 a.C., a Suméria contava com meio milhão de almas, um

número inédito até então. Uma liderança forte teria sido essencial, mas o que de fato transformou esses simples fazendeiros em cidadãos é assunto de um debate sem-fim. Provavelmente devem-se a vários fatores interligados e que fortaleciam uns aos outros: o crescimento populacional, a produtividade agrícola sem precedentes e o trabalho intensivo exigido pela irrigação — para não falar da própria ambição humana — tudo contribuiu para um novo tipo de sociedade.⁹

Uma coisa é certa: em torno de 3000 a.C. havia doze cidades na planície da Mesopotâmia, cada uma sustentada pela produção de camponeses na zona rural vizinha. Eles viviam em nível de subsistência. Cada aldeia levava toda a sua colheita para a cidade a que servia; autoridades alocavam uma parte para os camponeses locais, e o resto era armazenado para a aristocracia nos templos da cidade. Desse modo, poucas famílias grandes, com a ajuda de uma classe de funcionários — burocratas, soldados, mercadores e serviços domésticos —, apropriavam-se de algo entre metade e dois terços da receita.¹⁰ Eles usavam esse excedente para viver uma vida totalmente diferente, livres para várias atividades que dependem de tempo, lazer e riqueza. Em troca, eles mantinham o sistema de irrigação e preservavam a lei e a ordem até certo grau. Todos os Estados pré-modernos temiam a anarquia: uma única safra fracassada por conta de uma seca ou de uma insatisfação social podia causar milhares de mortes, por isso a elite afirmava para si mesma que esse sistema beneficiava a população como um todo. Apesar de terem os frutos de seu trabalho roubados, os camponeses estavam um pouco melhor do que os escravos: arando, colhendo, cavando canais de irrigação, sendo levados à degradação e à penúria, o trabalho duro nos campos drenando sua vida. Se eles falhassem em satisfazer os supervisores, as patas de seus bois eram quebradas e as oliveiras, cortadas.¹¹ Eles deixaram registros fragmentados de sua desgraça: “O homem pobre está melhor morto do que vivo”, lamentava um camponês. “Sou um corcel puro-sangue”, reclamava outro, “mas estou atrelado a uma mula e preciso puxar um carro e carregar sementes e restolhos”.¹²

A Suméria havia inventado o sistema de violência estrutural que prevaleceria em todos os Estados agrários até o período moderno, quando a agricultura deixou de ser a base econômica da civilização.¹³ Sua hierarquia rígida era simbolizada pelos zigurates, as pirâmides gigantes com escadarias, marca da civilização da Mesopotâmia. A sociedade suméria também era um amontoado

de camadas cada vez mais estreitas culminando num elevado pináculo aristocrático em que cada indivíduo estava inexoravelmente preso a seu lugar.¹⁴ No entanto, afirmam os historiadores, sem esse arranjo cruel que violava a grande maioria da população, os homens não teriam desenvolvido as artes e as ciências que tornaram o progresso possível. A própria civilização precisava ser cultivada por uma classe ociosa, e assim nossas melhores realizações durante milhares de anos foram erguidas sobre as costas de camponeses explorados. Não por coincidência, quando os sumérios inventaram a escrita, foi com o objetivo de controle social.

Qual era o papel da religião nessa opressão nefasta? Todas as comunidades políticas desenvolvem ideologias que fundamentam suas instituições conforme a sua percepção da ordem natural.¹⁵ Os sumérios sabiam quanto seu modelo urbano inovador era frágil. As construções de tijolo de argila precisavam de manutenção constante; o Tigre e o Eufrates com frequência rompiam as baragens e arruinavam as colheitas; chuvas torrenciais transformavam o solo em um mar de lama; e tempestades aterrorizantes danificavam a propriedade e matavam o gado. Mas os aristocratas tinham começado a estudar astronomia e descobriram padrões regulares nos movimentos dos corpos celestes. Eles se maravilhavam com o modo como diferentes elementos do mundo natural trabalhavam em conjunto para criar um universo estável e concluíram que o próprio cosmos era uma espécie de Estado em que tudo tinha sua função. Decidiram que se eles usassem essa ordem celestial como modelo para suas cidades, sua sociedade experimental estaria em sintonia com o modo como o mundo funcionava e portanto prosperaria e seria duradoura.¹⁶

Eles acreditavam que o Estado cósmico era gerido por deuses inseparáveis das forças naturais e em nada parecidos com o “Deus” adorado pelos judeus, cristãos e muçulmanos hoje. Essas deidades não podiam controlar os fenômenos e estavam sujeitas às mesmas leis que os homens, animais e plantas. Também não havia nenhuma grande lacuna ontológica entre humano e divino; Gilgamesh, por exemplo, era um terço humano, dois terços divino.¹⁷ Os Anunnaki, os deuses supremos, eram os alter egos celestiais dos aristocratas, suas versões mais completas e eficientes, diferindo dos humanos apenas por serem imortais. Os sumérios imaginavam esses deuses preocupados com planejamento urbano, irrigação e administração pública, assim como eles próprios estavam. Anu, o Céu, governava esse Estado arquetípico de seu palácio nos

céus, mas a presença dele também era sentida em todas as autoridades terrestres. Enlil, o Senhor Tempestade, se revelava não apenas nas chuvas cataclísmicas da Mesopotâmia, mas em todo tipo de força e violência humanas. Ele era o principal conselheiro de Anu no Conselho Divino (modelo para a Assembleia Suméria), e Enki, que havia transmitido as artes da civilização para os seres humanos, era seu ministro da agricultura.

Todo governo — mesmo nosso secular Estado-nação — se baseia em uma mitologia que define seu caráter especial e sua missão. A palavra “mito” perdeu a força nos tempos modernos e tende a significar algo que não é real, que nunca aconteceu. Mas, no mundo pré-moderno, a mitologia expressava uma realidade atemporal, não histórica, e fornecia um modelo para ação no presente.¹⁸ Nesse ponto primevo da história, em que os registros arqueológicos e históricos são muito escassos, a mitologia que os sumérios preservaram na escrita é a única maneira de conhecermos seu modo de pensar. Para esses pioneiros da civilização, o mito do Estado cósmico era um exercício de ciência política. Os sumérios sabiam que sua sociedade estratificada era um rompimento chocante em relação à norma igualitária que prevalecera desde tempos imemoriais, mas estavam convencidos de que de algum modo ela estava inscrita na própria natureza das coisas e que mesmo os deuses estavam sujeitos a ela. Dizia-se que bem antes de os humanos existirem os deuses viviam nas cidades da Mesopotâmia, plantando seu próprio alimento e administrando o sistema de irrigação.¹⁹ Depois da Grande Enchente, eles retiraram-se da terra para os céus e nomearam a aristocracia suméria para governar as cidades em seu lugar. Sujeita a seus mestres divinos, a classe dominante não tinha opção.

Seguindo a lógica da filosofia perene, a organização política dos sumérios imitava a dos deuses; isso, eles achavam, permitia que suas frágeis cidades integrassem o forte domínio divino. Cada cidade tinha uma deidade como patrono e era governada como patrimônio pessoal desse deus.²⁰ Representado por uma estátua em tamanho real, o deus governante vivia no templo principal com sua família, funcionários e servos divinos, os quais também eram retratados em efígie e habitavam um conjunto de quartos. Os deuses eram alimentados, vestidos e entretenidos em rituais elaborados, e cada templo tinha grandes terrenos cultivados e gado em seu nome. Todos na cidade-Estado, independente do quanto servil fosse sua tarefa, participavam do serviço divino — oficiando nos ritos das deidades, trabalhando em suas cervejarias, fábricas e oficinas, varren-

do os templos, pastoreando e matando os animais, assando seu pão e vestindo suas estátuas. O Estado da Mesopotâmia não tinha nada de secular e a religião, nada de pessoal. Tratava-se de uma teocracia em que todos — do mais alto aristocrata ao mais baixo artesão — realizavam uma atividade sacra.

A religião da Mesopotâmia era essencialmente comunitária; homens e mulheres não bujavam o divino apenas na privacidade de seus corações, mas sobretudo em uma comunidade religiosa. A religião pré-moderna não contava com uma instituição independente; ela estava incorporada nos arranjos políticos, sociais e domésticos de uma sociedade, fornecendo um amplo sistema de significados. Seus objetivos, linguagem e rituais eram condicionados a essas considerações mundanas. Fornecendo o modelo para a sociedade, a prática da religião mesopotâmica parece ser o extremo oposto de nossa noção moderna de “religião” como uma experiência espiritual privada: ela era essencialmente uma busca política, e não há registros de qualquer devoção pessoal.²¹ Os templos não eram apenas locais de adoração, eram centrais para a economia, porque o excedente agrícola era armazenado lá. Os sumérios não tinham palavra para *sacerdote*: aristocratas que também eram burocratas, poetas e astrônomos da cidade oficiavam no culto da cidade. Isso era adequado, já que para eles todas as atividades — e especialmente a política — eram sagradas.

Esse sistema elaborado não era só uma desculpa esfarrapada para a violência estrutural, era sobretudo uma tentativa de criar sentido para esse experimento humano audacioso e problemático. A cidade era o maior artefato da humanidade: artificial, vulnerável e dependente da coerção institucionalizada. A civilização exige sacrifício, e os sumérios precisavam se convencer de que o preço que estavam cobrando dos camponeses era necessário e que em última instância valia a pena. Ao afirmar que seu sistema desigual estava em sintonia com leis fundamentais do cosmos, os sumérios expressavam uma realidade política inexorável em termos míticos.

Essa parecia ser uma lei imutável pois nenhuma sociedade nunca encontrou uma alternativa. No fim do século xv a.C., civilizações agrárias estavam estabelecidas no Oriente Médio, no sul e no leste da Ásia, no norte da África e na Europa, e em todas elas — fosse na Índia, Rússia, Turquia, Mongólia, Le- vante, China, Grécia ou na Escandinávia — aristocratas exploravam seus camponeses como os sumérios faziam. Sem a coerção da classe dominante, seria impossível forçar os camponeses a produzir excedente econômico, porque o

crescimento da população teria acompanhado o ritmo dos avanços na produtividade. Embora isso pareça repulsivo, ao forçar as massas a viver em nível de subsistência, a aristocracia manteve o crescimento populacional em xeque e tornou o progresso humano viável. Caso o excedente não tivesse sido tomado dos camponeses, não teria havido recursos econômicos para sustentar técnicos, cientistas, inventores, artistas e filósofos que, afinal, fizeram com que a civilização moderna viesse a ocorrer.²² Como o monge trapista norte-americano Thomas Merton apontou, todos nós que nos beneficiamos dessa violência sistemática estamos envolvidos no sofrimento imposto ao longo de 5 mil anos à grande maioria dos homens e mulheres.²³ Ou como disse o filósofo Walter Benjamin: “Não há registro de civilização que não seja ao mesmo tempo registro de barbárie”.²⁴

Governantes agrários viam o Estado como sua propriedade privada e se sentiam livres para explorá-lo em nome do próprio enriquecimento. Não há registro histórico de que eles se sentiam minimamente responsáveis pelos camponeses.²⁵ Como o povo de Gilgamesh reclama na *Epopéia*: “A cidade é propriedade dele. [...] Ele é rei, ele faz o que quiser”. Entretanto, a religião suméria não endossava totalmente essa iniquidade. Quando os deuses ouvem essas reclamações angustiadas, eles exclamam a Anu: “Gilgamesh, nobre como ele é, passou de todos os limites. O povo sofre com sua tirania [...]. É assim que você quer que seu rei governe/ Um pastor deveria atacar seu próprio rebanho?”²⁶ Anu balança a cabeça mas não consegue mudar o sistema.

O poema narrativo *Atrahasis* (c. 1700 a.C.) se passa no período mítico em que as deidades ainda viviam na Mesopotâmia e “deuses em vez de homens faziam o trabalho” do qual depende a civilização. O poeta explica que os Anunnaki, a aristocracia divina, forçaram os Igigi, os deuses inferiores, a carregar uma carga pesada demais: por 3 mil anos eles araram e colheram os campos e cavaram canais de irrigação — além disso, precisaram escavar os leitos dos rios Tigre e Eufrates: “Noite e dia, gemiam e punham a culpa uns nos outros”, mas os Anunnaki não prestavam atenção.²⁷ Por fim, uma multidão furiosa se reúne do lado de fora do palácio de Enlil. “Cada um de nós deuses declarou guerra. Pusemos um ponto final na escavação!”, eles clamam. “A carga é excessiva. Está nos matando!”²⁸ Enki, ministro da agricultura, concorda. O sistema é cruel

e insustentável, e os Anunnaki estão errados em ignorar os problemas dos Igigi: “O trabalho deles era duro demais, os problemas eram grandes demais! Todos os dias a terra ressoava. O sinal de alerta era alto o suficiente!”.²⁹ Mas se ninguém faz qualquer trabalho produtivo, a civilização entrará em colapso, por isso Enki determina que a Deusa Mãe crie seres humanos para assumir o lugar dos Igigi. Os deuses também se sentem responsáveis pela condição dos trabalhadores humanos. As massas de trabalhadores não têm permissão para avançar sobre a existência privilegiada dos deuses, portanto, quando os humanos se tornam numerosos a ponto de seu barulho manter os mestres divinos acordados, os deuses simplesmente decidem dizimar a população com uma praga. O poeta descreve graficamente o sofrimento:

*Os rostos cobertos de crostas, como malte,
Os rostos parecendo pálidos,
Eles saíram em público curvados,
Os ombros bem-feitos caídos,
A antiga postura ereta caída.*³⁰

Mais uma vez, no entanto, a crueldade é criticada. Enki, que o poeta diz ter “visão longa”, desafia corajosamente os demais deuses, lembrando-os de que a vida deles depende de escravos humanos.³¹ Os Anunnaki de má vontade concordam em poupar-los e em se retirar para a paz e a tranquilidade dos céus. Essa era uma expressão mítica de uma dura realidade social: o abismo que separava a nobreza dos camponeses tinha se tornado grande a ponto de eles efetivamente ocuparem mundos diferentes.

A *Atrahasis* provavelmente fora pensada para recitação pública, e a narrativa também parece ter sido preservada oralmente.³² Fragmentos do texto foram encontrados ao longo de mil anos; isso leva a crer que esse conto era amplamente conhecido.³³ Assim, a escrita, inventada a princípio para servir à violência estrutural da Suméria, começou a registrar a inquietação de membros mais atenciosos da classe dominante, que não conseguiam encontrar solução para o dilema da civilização, mas que pelo menos tentavam olhar diretamente para o problema. Veremos que outras pessoas — profetas, sábios e místicos — ergueriam suas vozes em protesto e tentariam inventar uma maneira mais igualitária para os seres humanos viverem juntos.